

Ação Popular, um depoimento



Por **BENICIO VIERO SCHMIDT***

Os dilemas se apresentavam dentro da AP e duraram até 1968, quando uma parte grande, razoável, da Ação Popular se radicalizou e foi para a luta armada

Adesão

Minha aproximação à Ação Popular (AP) se deu por duas vias. A política estudantil, secundarista, onde chegamos a quebrar a hegemonia da direita gaúcha com a candidatura do Aluizio Paraguassu Ferreira a presidente da UGES, nos anos 1960 ainda. Eu estava no segundo ano colegial. E também pela Ação Católica da qual fiz parte durante curto espaço de tempo, embora já não fosse mais um católico na acepção da palavra. São essas duas vias que me levaram à Ação Popular.

Do ponto de vista político-organizacional, a União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES) fazia parte do sistema nacional União Brasileira dos Estudantes Secundários, dominada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde sempre. Quando nós entramos na UGES - Aluizio Paraguassu, Hélio Gama Filho, José Luís Fiori, Hélio Corbellini, eu e mais um conjunto de pessoas, todos da mesma idade e do âmbito colegial ainda, passamos a integrar o sistema da União Brasileira de Estudantes Secundários com uma participação de esquerda, contrariamente à posição das diretorias anteriores que no Rio Grande do Sul eram dominadas por Victor Faccioni e Hugo Mardini, ambos depois deputados federais no corpo de apoio à ditadura de 1964 e grandes lideranças nacionais da direita. Nós rompemos esse ciclo e saímos do isolamento do Rio Grande do Sul no sistema da política secundarista e entramos no sistema nacional.

Eu era estudante do Colégio Rosário, no segundo ano. Fiz o primeiro ano do Científico (como então era chamado um dos ramos do ensino secundário) e depois nos dois anos seguintes no chamado ensino Clássico, no mesmo colégio dos Maristas, em Porto Alegre.

A minha família era folcloricamente católica. Eram sempre partidários de um conservadorismo católico, embora não frequentassem a igreja como preza o manual do católico militante. Todavia, a orientação era bastante conservadora do ponto de vista político e social. E só confiavam na educação se fosse uma educação confessional. Foi o meu caso, entrando no Colégio Rosário.

As amizades no movimento estudantil foram importantes porque fui próximo de muitas pessoas que eram do Partido Comunista. Na maioria dos casos, contudo, eram pessoas de esquerda ligadas ao petebismo, na ocasião o partido empolgado por Leonel Brizola nos anos 1960, no Rio Grande do Sul. Foi uma grande influência principalmente da esquerda independente, não comunista, que me aproximou dessas correntes políticas.

Leonel Brizola

a terra é redonda

Quando a Legalidade ocorreu, eu era secretário de assuntos nacionais da União Gaúcha de Estudantes Secundários e participei das operações de defesa do Palácio Piratini contra a tentativa de golpe, em 1961.

Meu interesse pela política sempre foi muito grande porque, apesar do conservadorismo, a minha família era bem politizada no sentido de participar em muitos debates, sempre com posições à direita. O que me levou, por contradição, a ter posições mais avançadas e libertárias. Eu era muito influenciado nessa época pelo pensamento da Democracia Cristã, especialmente a vertente italiana, que sustentava o Partido Democrata Cristão, que nesse momento se encontrava no poder.

A subida de Leonel Brizola, primeiro no município, depois no governo do Estado do Rio Grande do Sul foi o grande catalizador da minha posição militante. Foi o que me levou a uma militância mais profunda e mais responsável.

Leituras

Eu sempre li muito os autores que vinham do cristianismo de esquerda como aqueles que deram origem à Teologia da Libertação, bem como os textos marxistas clássicos que sempre foram objeto de leitura, mesmo na escola secundária. Na literatura, nessa época, minha geração era muito empolgada por autores como Jorge Amado, que teve grande influência em toda uma geração de jovens nessa época.

Um autor importante nessa época, que só existia em francês e foi importantíssimo na formação de todos nós, foi antropólogo e teólogo Teilhard de Chardin que de certa forma foi um prenunciador da época baseada nas comunicações pela internet. Isso ainda nos anos 1950 quando ele se internou na Ásia, no Japão e na China para elaborar suas teorias. Foi um jesuíta da melhor qualidade e que eu lia muito em francês. São notáveis alguns de seus vários livros sobre a vida religiosa, principalmente sobre o mundo que surgia da comunicação.

Ele tinha como tese fundamental que essa inteligência gerada pela comunicação seria a grande referência de todos os países e populações nas relações futuras. De certa forma, ele prenuncia autores que vieram depois. Outro autor que foi muito importante foi Aldous Huxley, sobre o mundo moderno, e George Orwell, com 1984.

Atuação política

Eu era menino e uma das projeções que eu fazia era que eu seria político profissional. Pensava ser deputado federal. Obviamente isso nunca se realizou. Cheguei a pintar um muro na minha casa - no andar de cima da Farmácia Santos, de propriedade de meu pai - com o texto "Para deputado federal: Benício Schmidt. Acho que está até hoje pintado lá.

Tínhamos um grupo muito próximo: Hélio Gama Filho, Hélio Corbellini, Raul Portanova, que era chegado ao Partido Comunista. Todos nós éramos muito próximos um do outro e trocávamos quase todos os dias alguma literatura, trocávamos livros, revistas e mantínhamos uma discussão que era praticamente diária. Depois disso, me aproximei de lideranças católicas de esquerda, como o professor Ernani Fiori, do qual mais tarde fui aluno na Faculdade de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fiori e Leônidas Xausa.

Leônidas Xausa foi absolutamente decisivo, tanto naquele momento como posteriormente, quando decidi abandonar a carreira iniciante como advogado e me dedicar à docência estudando Ciência Política, fazendo o Mestrado e o Doutorado. Leônidas Xausa foi o principal responsável adulto por essas mudanças e era a principal fonte de referência bibliográficas para mim e para esse pequeno grupo - basicamente Paulo Crochemore e Hélio Gama Filho, fora aqueles que pertenciam a outros quadros, como o Partido Comunista.

a terra é redonda

O Ernani Fiori e o Leônidas Xausa eram militantes da Ação Popular. Especialmente o Xausa era muito ativo, mantendo reuniões semanais em sua casa. Verdadeiros serões políticos nas quais muita coisa foi examinada e muita reflexão foi feita. As autoridades de Ação Popular ou Ação Católica mais à esquerda que iam ao Rio Grande do Sul passavam sempre pela casa do Leônidas Xausa e por aqueles serões.

Adesão à AP

Foi logo no início. A Ação Popular foi fundada oficialmente num congresso em Salvador, em fevereiro de 1963, por meio documento base que foi redigido basicamente pelo padre Henrique de Lima Vaz, um jesuíta de altíssima graduação na filosofia hegeliana. O processo de organização começou em 1959. Tenho impressão que em 1960 quando chegou a se organizar no Rio Grande do Sul, eu fui um dos primeiros aderentes às lideranças que o grupo tinha no Rio Grande do Sul, que eram Leônidas Xausa, Ernani Maria Fiori, Francisco Ferraz e Héglio Trindade.

O texto básico foi o documento de Salvador. Foi o lançamento da Ação Popular, o nosso “Manifesto Comunista”. Foi redigido quase totalmente pelo padre Vaz e por Luiz Alberto Gomes de Souza, um teólogo civil que morreu recentemente no Rio de Janeiro, irmão do grande ator Paulo José, entre outras coisas. Eles foram os grandes redatores deste documento, reproduzido na íntegra no livro *Imagens da Revolução - Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971* organizado por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá.

Do mesmo volume consta o segundo documento chave para o entendimento da evolução da AP, o “Programa Básico” de conversão da AP em AP-ML, de março de 1971, segundo o qual é estabelecido que “A nova Ação Popular se guia pelos princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo”.

Esse documento foi levado para o Rio Grande por algumas pessoas, por alguns padres que tinham comparecido ao congresso de Salvador e foi disseminado junto à Juventude Estudantil Católica (JEC) e à Juventude Universitária Católica (JUC), que era muito bem-organizada no Rio Grande do Sul, especialmente a JUC, sob o comando de figuras como Carlos Walter Aumond, hoje residente em São Paulo e que foi grande executivo da Hidroservice. Ali o documento foi trazido para o âmbito da Juventude Estudantil Católica da qual eu fazia parte e para JUC, que era integrada pelos quadros um pouco mais veteranos do que a minha geração estrito senso. Ou seja: eu entrei na AP via JEC e JUC.

Como se pode constatar no livro citado, o documento estabelecia que “... a AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro as estruturas atuais de poder. Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade”. Estamos falando, portanto, de uma organização política que se distancia da democracia cristã e se identifica como um movimento que visa a “preparação revolucionária”, como diz o último parágrafo do documento.

A História da AP vai até 1968/69, quando há o grande racha entre o grupo que aderiu à luta armada e acabou aderindo a outras siglas, como o PCdoB. Eu abandonei o grupo porque não fazia mais sentido participar de um grupo dividido, embora eu fizesse parte e continuasse próximo do grupo de referência da Ação Popular, que incluía figuras como Paulo de Tarso, que foi ministro da Educação de João Goulart, incluía o Betinho, que foi figura proeminente durante toda a vida e a partir da introdução do documento de ação popular na JUC. Betinho era uma estrela maior.

Reformas de base

As reformas de base foram muito discutidas e redigidas para levar a João Goulart que consagradamente as difundiu, especialmente num terrível comício de 13 de março de 1964. Essas reformas tiveram uma participação muito grande do clero de esquerda já abrigado pela Ação Popular, como o Padre Vaz e outras figuras até episcopais naquele momento,

a terra é redonda

como lideranças no movimento universitário, como Vinicius Caldeira Brandt e de Betinho. Vinicius chegou a ser presidente da UNE. Betinho sempre foi a eminência parda nesse movimento e foi parte importante na promulgação das reformas de base que contavam ainda com a participação muito efusiva do ministro Paulo de Tarso e de outros quadros paulistas, especialmente.

A AP participou de toda a mobilização em apoio ao movimento das reformas de base, tanto que após o golpe muitos de seus militantes e líderes foram punidos gravemente, presos e torturados. A AP sempre esteve metida até o pescoço com o movimento das reformas de base em escala nacional.

Havia um apoio junto com outros partidos de esquerda, mas a participação da AP era fundamental especialmente no meio acadêmico com a presença que foi adotada plenamente que foi a figura de Paulo Freire. Os quadros de AP eram grandes educadores da missão Paulo Freire em todo o Brasil a partir de Pernambuco. Grande parte dos militantes da cruzada de alfabetização pelo método de Paulo Freire eram quadros da AP. Inclusive no Rio Grande do Sul. Eu mesmo fui parte da brigada Paulo Freire. Cheguei a alfabetizar algumas pessoas que depois se tornaram militares e um deles, por ironia, me prendeu, depois de 64, depois de me dar umas "borrachadas". Um cabo da Brigada Militar. Eu e o Marco Aurélio Garcia fomos espancados pelo meu alfabetizado.

O método era revolucionário, sempre foi revolucionário e nós estávamos muito empenhados. Lembro de jornadas que fazíamos nos subúrbios de Porto Alegre e no interior do Estado por meio da União Gaúcha de Estudantes Secundários que, na verdade era um instrumento de educação mais que de pura representação do movimento estudantil, naquele momento muito disperso.

Nós, todos de AP, mas dentro da UGES, no início dos anos 1960, fazíamos grandes jornadas de teatro e de cinema. Eu mesmo escrevi uma peça chamada *A Corrente* que era um manifesto real-socialista sobre a possibilidade de união dos católicos de esquerda na Ação Popular e o Partido Comunista Brasileiro num movimento de reformas que no Brasil começava a solidificar a partir de 1961, quando da tentativa de golpe contra a Presidência da República.

Advogados, engenheiros, médicos

Muitos advogados participaram do movimento e foram com ele até 1968. Advogados sempre capitaneados por Leônidas Xausa, que era ministro do Tribunal de Contas do Município e foi vereador pelo PDC. Era o candidato preferencial de Brizola e Loureiro da Silva à sucessão de Loureiro na prefeitura de Porto Alegre (1960-1964), mas Xausa teve um infarto e teve que reduzir a sua atuação à banca de advocacia e à docência enquanto foi possível, na Universidade Federal, onde ele foi o inspirador do futuro Departamento de Ciência Política da UFRGS. Mas os advogados tinham muita participação, especialmente jovens advogados ligados ao movimento agrário que depois resultou na criação do MST do João Pedro Stedile.

Os engenheiros tinham uma participação grande na Ação Popular, especialmente os estudantes da Faculdade de Engenharia da UFRGS contrabalançando o grande poder que o Partido Comunista Brasileiro tinha na Faculdade de Engenharia e no DCE da UFRGS. Em ambos, a posição era hegemônica do Partido Comunista e o primeiro grande desafio veio da formação da Ação Popular na Faculdade de Engenharia e depois na Faculdade de Arquitetura de Porto Alegre.

Muito poucos médicos. O elitismo inerente à carreira da medicina impedia a arregimentação. Me lembro que um dos representantes nossos na Faculdade de Medicina era sobrinho nada mais nada menos que de Armando Câmara, o baluarte da direita gaúcha e depois Senador da República, cargo ao qual renunciou, e morreu como um exemplar direitista. O sobrinho de Armando Câmara, que vivia com ele era, ironicamente o nosso aríete, a nossa presença mais importante na Faculdade de Medicina. Infelizmente ele faleceu tragicamente num passeio de barco a vela no delta do Guaíba, ainda estudante de medicina. Mas a adesão dos médicos era muito baixa.

Relações com a política profissional

Muitos políticos eram simpáticos, embora nenhum deles tivesse adesão explícita à Ação Popular. As aproximações se davam no âmbito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Políticos como Cândido Norberto, e na Câmara de Vereadores, da qual Xausa tinha sido membro pelo Partido Democrata Cristão e que tinha um grande apoio na família Zachia (cujo principal representante à época, José Alexandre Zachia deputado estadual pelo PDC de 1959 a 1963, mais tarde presidente regional da Arena, o partido de sustentação do regime militar).

Mas os políticos oficialmente não aderiam à Ação Popular. São raros os casos como o de São Paulo, com Paulo de Tarso. No Rio Grande do Sul não havia essa adesão oficial, embora na prática houvesse muita convivência e influência da Ação Popular sobre quadros na Assembleia Legislativa, principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Democrata Cristão (PDC)

O Brizola tratava a AP com muito respeito. Eu, por exemplo, fui dirigente regional, por um tempo, e não tenho mais do que palavras de agradecimento ao respeito com que Brizola nos tratava. Ele ouvia as nossas posições em situação privada e tinha sempre explicações a dar e sempre solicitou sugestões. Brizola foi exemplar na condução do diálogo com essa força política.

Brizola foi a figura mais eminente que persistiu na conversa com o grupo, inclusive durante os eventos que culminaram com o golpe de Estado de 1964. Brizola sempre foi muito aberto e democrático em ouvir todas as forças, especialmente conosco tinha um cuidado muito especial. Aliás, devo fazer uma menção: na véspera do golpe de 64, no fim do ano de 1963, houve uma convenção da Ação Popular para escolher o candidato à primeira eleição direta à presidência da UEE. Naquele momento nós tínhamos já a hegemonia sobre a UEE sob a presidência de Roberto Brinco e Paulo Crochemore. Brinco faleceu, estudante de engenharia, no carro da UEE, antes do golpe.

Mas quando veio o golpe, nós tínhamos a hegemonia, a presidência da UEE. A ação Popular se reuniu e decidiu que os candidatos, em aliança com o Partido Comunista, seriam eu e Paulo Odone, depois deputado e presidente do Grêmio e um grande advogado. Às vésperas da decisão de qual de nós dois seria o candidato na eleição, que contaria com cerca de dez mil votos dos estudantes universitários de todo o Rio Grande, eu fui chamado para o prestar serviço militar no CPOR. Me apresentei na infantaria do CPOR e fiquei desesperado porque se eu ficasse no CPOR, primeiro eu sabia que vinha o golpe de Estado ou uma operação militar muito forte para interromper o circuito democrático. Isso era janeiro de 64.

Em segundo lugar, eu não poderia ser candidato a presidente da UEE. Então, orientado por várias pessoas mais velhas que pertenciam ao grupo e pela liderança da UEE, fomos falar com Brizola e ele foi de uma cortesia imensa. Ele fez uma ligação para o general Osvino Ferreira Alves para que me recebesse e me dispensasse do CPOR. Isso foi numa quinta-feira. No sábado fui à residência do general, me apresentei e ele, na minha frente, ligou ao comandante do CPOR e na segunda-feira eu fui dispensado com a certidão de terceira classe do serviço militar, graças à interferência do Brizola. Escapei dessa, de fininho.

O Partido Democrata Cristão do Rio Grande do Sul tinha muita influência do Brizola e das viúvas e seguidores do ex-prefeito Loureiro da Silva. Mas a hegemonia do partido era de pessoas profundamente reacionárias, católicos de direita como Adolfo Puggina, hoje emérito inspirador de posições bem reacionárias. Já a relação com o Partido Comunista era muito boa especialmente porque as experiências de coalizão nos centros acadêmicos da Faculdade de Direito, da Filosofia e no DCE da UFRGS e na UEE, onde a hegemonia era dividida entre nós - a Ação Popular e o Partido Comunista.

Deve-se ainda à posição muito cortês e de convivalidade com o PC pela presença do Marco Aurélio Garcia, por exemplo, nas hostes do Partido. A nossa aliança foi muito interessante e foi, de certa forma, exemplar, tomada como exemplo pela Ação Popular no Brasil, como se viu no congresso da UNE em Santo André, onde eu fui cogitado para ser presente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Desisti porque teria que me profissionalizar no terceiro ano do

a terra é redonda

clássico, já às vésperas do vestibular. Então, decidimos que em vez da minha candidatura, apoiáramos um candidato do Partido Comunista e foi eleito, então, pasmem os céus, por ironia, Políbio Braga, hoje um quadro da direita brasileira.

Ele seria meu vice tornou-se presidente e o vice foi para um colega da Ação Popular, médico então estudante secundarista, Estevão dos Santos que gostava tanto do Rio Grande que se radicou em Porto Alegre e por aí terminou sua carreira como médico. Um paraense de Santarém. Foi presidente junto com o então comunista Políbio Braga.

Trabalhismo

Nós todos éramos fãs do trabalhismo europeu. Me lembro que um autor muito lido nessa ocasião era Harold Laski. Era muito lido e discutido e de certa forma foi levado para a Faculdade de Ciências Sociais da UFGRS como bibliografia nos cursos de Leônidas Xausa. E mesmo a discussão do trabalhismo em função das relações com a Democracia Cristã italiana eram objeto de algumas reflexões do professor Ernani Maria Fiori nos cursos de filosofia e metafísica que eu assisti como estudante da Faculdade de Filosofia.

Alberto Pasqualini sempre foi visto com algum preconceito, mas era lido. Eu lembro que li muitos livros nos quais ele coligia seus discursos e suas apresentações, mas teve pouca repercussão porque havia muita influência da economia política marxista sobre o nosso pensamento e com isso Pasqualini era como que deixado à margem como um político trabalhista, mas muito conciliador nas suas projeções econômicas e sociais.

O golpe militar

Discutíamos a possibilidade de um golpe militar especialmente nesses encontros que tínhamos, capitaneados por Xausa. E Xausa, no dia do golpe, quando nós praticamente nos refugiáramos em sua casa, que era imensa, para discutir o que fazer, Xausa afirmou com segurança que não nos iludíssemos, que o golpe duraria pelo menos 20 anos.

Uma pessoa importante nessas discussões da conjuntura política foram José Serra, que tinha sido presidente da UNE, e Vinicius Caldeira Brandt. Eles circulavam pelo Brasil junto com Frei Betto e Betinho e discutiam o que fazer na eventualidade do golpe de Estado. Essas quatro lideranças foram muito importantes na preparação digamos psicológica do que veio a acontecer como desastre em 1964.

Os dilemas se apresentavam já então e duraram até 1968, quando uma parte grande, razoável, da Ação Popular se radicalizou e foi para a luta armada. Isso já estava presente nas discussões com as lideranças a que me referi, embora nenhuma delas fosse, nem então nem mais tarde, aderentes à posição militarista. Todos abandonaram o grupo que permaneceu como uma “intelequia” até hoje como um grupo de referência, mas sem organicidade, sem direção, sem hegemonia.

A resistência armada foi muito debatida e desejada por quadros, especialmente da Ação Popular da Bahia e do Rio Grande do Sul. Alguns deles, como um médico que foi membro da Guerrilha do Araguaia e veio a falecer, demandavam uma reação militar à qual o grupo não aderiu em sua totalidade.

Todo mundo sabia que o chamado “esquema militar de Jango era muito débil e a nossa principal formulação era a de Leônidas Xausa e principalmente as advertências que nos encontros que tivemos fora dos palácios com Leonel Brizola. Brizola sempre advertiu que viria o golpe e que não estávamos preparados para nenhum tipo de resistência. Nas internas, Brizola sempre foi muito realista, tragicamente realista.

A posição da AP era a de resistir como possível, dentro do aparelho montado pelo presumível herói da resistência, general

a terra é redonda

Assis Brasil que se revelou uma *fake news*...

Naquele momento, nós pensávamos que o mais importante era manter o grupo, a existência do grupo, evitar as prisões e mortes, torturas; evitar que as formas de solidariedade fossem quebradas, o que acredito, nós conseguimos. Muita gente sofreu muito, mas o grupo não é conhecido por traições no sentido de aderir à ordem de 1964. Foi um grupo de resistência que, como cultura de resistência, de certa forma permanece até hoje, disseminado entre aqueles que ainda são sobreviventes.

A partir de 1965, a visão da Ação Popular era a de que o quadro político se radicalizaria mesmo. E nesse sentido, as principais lideranças que vocalizavam essa posição venceram. O quadro se radicalizou e a ordem era desaparecer do mapa e resistir o quanto possível nas eleições, principalmente nos sindicatos e nas universidades...

MDB

Naquela época, muitos entraram no MDB, mas geralmente em posições subalternas, como assessores, não como parlamentares ou dirigentes do partido. Essa foi por exemplo, a posição no Rio Grande, em apoio a forças que não eram propriamente socialistas, como Pedro Simon, que foi sempre muito apoiado porque vinha do PDC, em Caxias do Sul, e sempre teve muitas ligações com o clero e com a Ação Católica e depois com a Ação Popular, mas a AP sempre entrou aí em posições subalternas com raríssimas exceções.

Foi uma decisão do grupo. Mesmo porque as lideranças mais efusivas do movimento, como o caso do José Serra, foram cassadas em todos os sentidos. José Serra, por exemplo, teria condições de ser candidato como Paulo de Tarso e vários mais, mas foram obliterados porque participaram de muitos movimentos pré-64 e com isso, não tínhamos lideranças exponencias para disputar a hegemonia dentro do MDB.

**Benicio Viero Schmidt é professor aposentado de sociologia na UnB. Autor, entre outros livros, de O Estado e a política urbana no Brasil (LP&M).*

Depoimento concedido ao jornalista Carlos Müller.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)